



### ANEXO III DO PARECER ÚNICO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Dispensado Licenc. Ambiental	07030001036/19	26/12/2019 12:32:41	NUCLEO PARACATÚ

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00315107-3 / VALDECI EUSTAQUIO PEREIRA		2.2 CPF/CNPJ: 695.893.996-49	
2.3 Endereço: AVENIDA ROMUALDO ULHOA TOMBA, 77		2.4 Bairro: CENTRO	
2.5 Município: PARACATU		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.600-000
2.8 Telefone(s):	2.9 E-mail:		

#### 3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00315107-3 / VALDECI EUSTAQUIO PEREIRA		3.2 CPF/CNPJ: 695.893.996-49	
3.3 Endereço: AVENIDA ROMUALDO ULHOA TOMBA, 77		3.4 Bairro: CENTRO	
3.5 Município: PARACATU		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.600-000
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	

#### 4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Sao Romao da Cachoeira		4.2 Área Total (ha): 168,2990	
4.3 Município/Distrito: GUARDA-MOR/Guarda-mor		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 78		Livro: 2	Folha: 078 Comarca: VAZANTE
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 274.200	Datum: SAD-69	
	Y(7): 8.042.600	Fuso: 23K	

#### 5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está ( ) não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ); da flora: raras ( ), endêmicas ( ), ameaçadas de extinção ( ) (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza ( ) não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 28,00% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	168,2990
Total	168,2990
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica	74,6221
Agricultura	93,6769
Total	168,2990

<b>5.9 Regularização da Reserva Legal – RL</b>				
<b>5.10 Área de Preservação Permanente (APP)</b>				<b>Área (ha)</b>
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				12,2400
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
<b>6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>Tipo de Intervenção REQUERIDA</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	
Corte/proveit. árvores isoladas,vivas/mortas em meio rural		88,0000	un	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		10,4600	ha	
<b>Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>		<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	
Corte/proveit. árvores isoladas,vivas/mortas em meio rural		88,0000	un	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		0,0000	ha	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>7.1 Bioma/Transição entre biomas</b>				<b>Área (ha)</b>
Cerrado				23,5000
<b>7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias</b>				<b>Área (ha)</b>
Outro -				23,5000
<b>8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>8.1 Tipo de Intervenção</b>	<b>Datum</b>	<b>Fuso</b>	<b>Coordenada Plana (UTM)</b>	
			<b>X(6)</b>	<b>Y(7)</b>
Corte/proveit. árvores isoladas,vivas/mortas em m	SIRGAS 2000	23K	274.365	8.042.244
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoc	SIRGAS 2000	23K	274.940	8.042.635
<b>9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
<b>9.1 Uso proposto</b>	<b>Especificação</b>			<b>Área (ha)</b>
Agricultura				23,5000
<b>Total</b>				<b>23,5000</b>
<b>10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
<b>10.1 Produto/Subproduto</b>	<b>Especificação</b>	<b>Qtde</b>	<b>Unidade</b>	
LENHA FLORESTA NATIVA		113,01	M3	
ACHAS/MOIRAO OUTRAS ESPECIES		96,58	DZ	
<b>10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)</b>				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):		10.2.3 Altura(m):
10.2.4 Ciclo de produção do forno ( tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):				(dias)
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Vulnerabilidade natural baixa.

**12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS****12.1 Histórico:**

Data de formalização do processo: 26/12/2019

Data da vistoria: 06/05/2020

Data do primeira solicitação de informações complementares: 20/01/2020

Data do recebimento de informações complementares: 22/07/2020

Data do segundo solicitação de informações complementares: 11/05/2020

Data do recebimento de informações complementares: 22/07/2020

Data de emissão do parecer técnico: 11/08/2020

**12.2 Objetivo:**

É objeto desse parecer analisar a viabilidade de atendimento da solicitação de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 10,46 ha de Cerrado nativo e do corte de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 23,5 hectares, onde pretende suprimir 88 árvores isoladas nativas vivas. Tendo como objetivo a ampliação da atividade de agricultura por meio do cultivo de culturas agrícolas, que é desenvolvida no empreendimento.

**12.3 Caracterização do imóvel/empreendimento:****12.3.1 do imóvel rural:**

O imóvel denominado Fazenda São Romão, localizada no Município de Guarda-Mor-MG, possui uma área total de 168,2990 ha equivalente a 2,58 módulos fiscais, registrada sob a matrícula nº 78, ficha nº 078, livro 2, CRI de Vazante/MG, tendo como ponto de referência a coordenada geográfica em UTM 23K 274370 (X) e 8042395 (Y), Datum WGS 84, Zona 23K. A cobertura vegetal nativa do município de Guarda-Mor é de 28,00%.

**12.3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3128600-25A3E9E4FA9A47A8B24C9CA1969D520C.

- Área total: 168,2483 ha

- Área de reserva legal: 35,0042 ha

- Área de preservação permanente: 12,2462 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 91,7075 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( ☒ ) A área está preservada: 35,0042 ha

( ☐ ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ☐ ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( ☐ ) Proposta no CAR ( ☒ ) Averbada ( ☐ ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-1-78 a área atende as exigências legais quanto ao mínimo estabelecido em lei.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( ☒ ) Dentro do próprio imóvel ( ☐ ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ☐ ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: A área é formada por apenas um fragmento de cerrado nativo preservado contígua as de preservação permanentes de um córrego e de uma nascente, está situado especificamente na região leste do imóvel.

**- Parecer sobre o CAR:**

Mediante análise da área de reserva legal no CAR, não foi constatado o computo de áreas de preservação permanentes como área de reserva legal.

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

**12.4 Intervenção ambiental requerida:**

Trata-se de um requerimento para intervenção ambiental, requerendo a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 10,46 ha de Cerrado nativo e o corte de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 23,5 hectares, onde pretende suprimir 88 árvores isoladas nativas vivas.

À área para supressão, trata-se de um fragmento de cerrado nativo localizado de forma contíguo as áreas de APP do Córrego Larges em uma das extremidades do imóvel onde é circundada por áreas já antropizadas, a mesma possui um relevo moderadamente ondulado, ocorrência de solo pedregoso e relevo irregular a medida de se aproxima das APP. A vegetação é de cerrado típico com manchas de Cerrado Denso.

Quanto às árvores isoladas estão dispostas em uma área de pastagem (23,5ha), área essa situada de forma contígua a área de preservação permanente do Córrego Quebra Canga e ligada a outras áreas já antropizadas com atividades de agricultura e pecuária.

As espécies mais comuns presentes nas áreas requeridas são: Qualea dichotoma (Pau Terra da folha miúda), Vernonia polyanthes (Assa-Peixe-Branco), Cupania vernalis (Camboatá), Plathymenia foliolosa (Vinhatico), Curatella americana (Lixeira), Vochysia elliptica (Pau Doce), Lafoensia (Pacari), Byrsonima verbascifolia (Murici), Conarus suberosus (Galinha Choca), Ceiba pubiflora (Paineira), entre outras.

**12.4.1 Eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: Vulnerabilidade natural média

- Grau de conservação da vegetação nativa: Muito baixa

- Prioridade para conservação da flora: Grau de prioridade muito baixa

- Prioridade para conservação Biodiversidade: Muito alta

- Área prioritária para a conservação: Muito Alta

- Unidade de conservação: Fora de zonas de amortecimento

- Área indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: Não detectadas

#### 12.4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais (agricultura) e criação de bovinos (pecuária).

- Atividades licenciadas: Culturas anuais (agricultura) e criação de bovinos (pecuária).

- Classe do empreendimento: Não passível

- Critério locacional: Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos.

- Modalidade de licenciamento: Não passível

- Número do documento:

#### 12.4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada em 06/05/2020, na Fazenda São Romão da Cachoeira, localizada no Município de Guarda-Mor - MG, vistoria realizada com a presença da consultora ambiental, Dailma Vieira, representando o empreendimento.

Mediante vistoria "in loco" levantei as características das áreas requeridas, constatando o seguinte:

Trata-se de um pequeno imóvel rural, com área de 168,29 ha, encravado sobre o Bioma Cerrado, tendo como fitofisionomias o Cerrado Stricto Sensu, Cerrado Denso e Mata de Galeria. A topografia é caracterizada por possuir um relevo diversificado, com ocorrências de áreas planas, área moderadamente ondulada e áreas bastante onduladas, com formação de morros. Quanto ao solo, é predominantemente latossolo vermelho amarelo distrófico, com ocorrência de regiões pedregosa (cascalho). Quanto aos recursos hídricos, o imóvel é margeado por três Córregos perenes, o Córrego Quebra Canga, Córrego Lages e Córrego Gomes.

A área de preservação permanente - APP apresenta-se tanto faixas preservadas quanto antropizadas. Ressalta que a maior parte não possui isolamento das áreas onde é desenvolvida a atividade de pecuária.

No imóvel possui remanescente de vegetação nativa, o suficiente para atender a demanda de reserva legal. Atualmente as atividades econômicas desenvolvidas na propriedade são: A pecuária de corte, evidenciada pela pastagem e a agricultura irrigada (pivô central).

O empreendimento encontra-se licenciado, conforme declaração de dispensa anexa ao processo.

O imóvel possui seus limites bem definidos por meio de cercas

Não foi identificada a fragmentação do empreendimento, considerando-se as características locais tais como confrontantes distintos, unidades produtivas contíguas e imagens de satélite que indicam tratar-se de empreendimento único.

A vistoria foi realizada com pedido de informações complementares pendente, no qual foi solicitado a apresentação de um novo inventário florestal, pois o inventário presente nos autos do processos não atendia as especificações mínimas exigida em um inventário florestal. Em função disto a completa avaliação da flora da área requerida ficou pra ser finalizada após a apresentação do que foi solicitado, com a ressalva que haveria possibilidade refazer a vistoria, caso fosse detectado algumas inconsistência da informação apresentada com a observada em campo.

Após a realização da vistoria foi feito mais um pedido de informações complementares (Ofício nº 025/2020 - IEF/NAR PARACATU) e nesta nova solicitação foi citado o ofício anterior que se encontrava pendente até o momento. O empreendedor por meio de sua consultora ambiental apresentou as informações solicitadas, com tudo o inventário florestal solicitado foi apresentado com os mesmo vícios do documento já anexado no processo, provocando assim a inviabilidade da conclusão da avaliação do processo.

##### 12.4.3.1 Características físicas:

- Topografia: A topografia é caracterizada por possuir um relevo diversificado, com ocorrências de áreas planas, área moderadamente ondulada e áreas bastante onduladas, com formação de morros. .

- Solo: O solo é predominantemente latossolo vermelho amarelo distrófico, com ocorrência de regiões pedregosa (cascalho).

- Hidrografia: O imóvel é margeado por três Córregos perenes, o Córrego Quebra Canga, Córrego Lages e Córrego Gomes. A área de preservação permanente - APP apresenta-se tanto faixas preservadas quanto antropizadas. Ressalta que a maior parte não possui isolamento das áreas onde é desenvolvida a atividade de pecuária.

##### 12.4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O imóvel encontra-se encravado sobre o Bioma Cerrado, tendo como fitofisionomias o Cerrado Stricto Sensu, Cerrado Denso e Mata de Galeria.

- Fauna:

#### 12.4.4 Alternativa técnica e locacional [para intervenção em APP e supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado]:

Não se aplica

#### 12.4.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade.

- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.

-Adoção de práticas de conservação de solo e água;

-Disposição adequada de resíduos sólidos;

-Controle de efluentes líquidos;

-Preservação da flora e fauna;

-Facilitação do deslocamento da fauna silvestre para outras áreas naturais;

-Proibir a caça e a pesca dentro da propriedade;

-Não fazer uso de fogo sem autorização da IEF;

-Entre outras medidas que julgarem necessárias para minimizá-las os impactos ambientais.

Medidas compensatórias:

- Interromper qualquer atividade econômica desenvolvida em área de preservação permanente, obedecendo às faixas marginais estabelecidas na Lei Estadual nº 20.922/2013, especificamente no art. 16. Nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.
- Realizar o cercamento das áreas de preservação permanente nos limites que preconiza a lei onde houver criação de animais, de modo a impedir o acesso de tais animais nas referidas áreas e de facilitar o processo de regeneração natural da área, tendo como o prazo de 180 dias a partir do recebimento do documento autorizativo de intervenção ambiental (DAIA).

#### 12.6 Análise Técnica:

Considerando que o empreendedor apresentou informações complementares solicitadas em ofício de forma inconsistente. Considerando que o documento apresentado junto ao processo como inventário florestal, não segue o termo de referência para este tipo de documento.

Considerando que em um processo de supressão o inventário florestal é um documento essencial para uma efetiva avaliação da viabilidade técnica jurídica do mesmo.

Considerando que o processo tem duas requisições e que a falta do inventário florestal, como relatado no item anterior, não interfere na avaliação da solicitação do corte de árvores isoladas em área antropizada.

Considerando as informações prestadas anteriormente constato a inviabilidade da efetiva análise do processo de intervenção ambiental, no tocante a área requerida para supressão de vegetação nativa, não sendo portanto possível o deferimento do pedido de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 10,46 ha de Cerrado nativo.

#### 12.7 Conclusão:

Assim, opino pelo DEFERIMENTO PARCIAL do pleito do requerente, INDEFERINDO o pedido de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 10,46 ha de Cerrado nativo e o DEFERINDO o corte de 88 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 23,5 hectares, de acordo com o parecer técnico acostado ao processo, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.344, de 23 de Janeiro de 2018.

Conforme o censo apresentado, a volumetria total das árvores isoladas requerida é de 113,01 m³ de lenha nativa e 96,58 DZ de achas que corresponde a 48,42 m³ de achas.

Está previsto a utilização da lenha no próprio imóvel.

É Parecer.

- Proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade.
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Adoção de práticas de conservação de solo e água;
- Disposição adequada de resíduos sólidos;
- Controle de efluentes líquidos;
- Preservação da flora e fauna;
- Facilitação do deslocamento da fauna silvestre para outras áreas naturais;
- Proibir a caça e a pesca dentro da propriedade;
- Não fazer uso de fogo sem autorização da IEF;
- Entre outras medidas que julgarem necessárias para minimizá-las os impactos ambientais.

Interromper qualquer atividade econômica desenvolvida em área de preservação permanente, obedecendo às faixas marginais estabelecidas na Lei Estadual nº 20.922/2013, especificamente no art. 16. Nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

- Realizar o cercamento das áreas de preservação permanente nos limites que preconiza a lei onde houver criação de animais, de modo a impedir o acesso de tais animais nas referidas áreas e de facilitar o processo de regeneração natural da área, tendo como o prazo de 180 dias a partir do recebimento do documento autorizativo de intervenção ambiental (DAIA).

### 13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

DANILO DIAS DE ARAUJO - MASP: 13806153

### 14. DATA DA VISTORIA

quarta-feira, 6 de maio de 2020

### 15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº. 170/2020

Manifestação Jurídica Elaborada nos termos do Decreto Estadual nº 47.749 de 11 de novembro de 2019, dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, que estabelece o Regulamento do Instituto de Florestas.

Venho apresentar manifestação jurídica relativa ao processo 07030001036/19, de supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo e corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, referente à Fazenda São Romão da Cachoeira, em nome de Valdeci Eustáquio Pereira, localizado no município de Guarda-Mor/MG, a fim de que seja apreciado pelos Senhores.

O presente processo de supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo e corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, se encontra devidamente formalizado, em conformidade com o exigido pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905/2013.

## DA SUPRESSÃO

Conforme decisão do parecer técnico e pelo apresentado aos autos do processo verificou-se que o empreendedor não apresentou todas as informações necessárias para se enquadrar nas exigências legais para que seja concedido o pedido de supressão em uma área referente a 12,3800 hectares.

O órgão ambiental através de pedido de informações complementares solicitou novo inventário florestal, que foi apresentado novamente com os mesmo vícios anteriormente identificados, portanto, devido às inconsistências constatadas neste documento não é possível deferir tal requerimento para supressão de vegetação nativa.

## DO CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS

Em relação ao requerimento de corte ou aproveitamento de 88 árvores isoladas nativas vivas referente a uma área 23,5 hectares está em conformidade com o parecer técnico haverá possibilidade de corte das árvores requeridas.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pelo DEFERIMENTO PARCIAL do pleito do requerente, sendo pelo DEFERIMENTO do corte de árvores isoladas e INDEFERIMENTO da supressão de vegetação nativa, de acordo com o parecer técnico acostado ao processo, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020.

<b>16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)</b>
--

GISELE MARTINS DE CASTRO - 1478081-1

<b>17. DATA DO PARECER</b>
----------------------------

terça-feira, 22 de setembro de 2020



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Núcleo de Apoio Regional de Paracatu

Ateste IEF/NAR PARACATU nº. 18330301/2020

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2020.

Eu, Danilo Dias de Araújo, MASP 13806153, Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - NAR de Paracatu, atesto a veracidade do Anexo III do Parecer Único 18330012, referente a análise do processo 07030001036/19 - VALDECI EUSTÁQUIO PEREIRA- Fazenda São Romão da Cachoeira.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Dias de Araújo, Servidor Público**, em 18/08/2020, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18330301** e o código CRC **44F807E0**.

**Referência:** Processo nº 2100.01.0008486/2020-07

SEI nº 18330301



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Noroeste- Núcleo de Controle Processual

Ateste IEF/URFBIO NOROESTE - NCP nº. 19691839/2020

Unaí, 22 de setembro de 2020.

Eu, Gisele Martins de Castro, CPF: 121.795.706-51, Coordenadora do Núcleo de Controle Processual - URFBIO Noroeste, atesto a veracidade da MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 170/2020, acostada ao Parecer Único documento SEI 19691770, referente a análise do processo 07030001036/19.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Martins de Castro, Servidora**, em 22/09/2020, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19691839** e o código CRC **1310D5F8**.

**Referência:** Processo nº 2100.01.0008486/2020-07

SEI nº 19691839